

N. F. Nº - 298942.1451/23-8
NOTIFICADO - VILSON WALKER
NOTIFICANTE- HELDER RODRIGUES DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL / POSTO FISCAL BAHIA-GOÍÁS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 11.12.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0282-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. DIFERIMENTO. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. IMPOSTO NÃO RECOLHIDO. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. A base de cálculo da operação de venda à ordem, é o estabelecido no inciso II, alínea b, do art. 340 em nome do adquirente originário, e o que o autuante fez foi aplicar a base de cálculo do inciso I, alínea “a”, tirada em nome do destinatário, que não é o preço de venda da operação entre o contribuinte baiano e o adquirente originário, mas o preço da operação seguinte já em outro estado, entre o adquirente originário e o destinatário final, onde o imposto devido (se houver) é o resultante desta operação de venda, abatendo-se o crédito do imposto pago pela aquisição ao contribuinte baiano. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O lançamento de ICMS, mediante NOTIFICAÇÃO FISCAL, foi lavrado no trânsito de mercadorias, efetuado em 13.10.2023, no valor histórico de R\$ 21.276,90, acrescido de multa de 60%, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – Falta de recolhimento do ICMS em operação com mercadoria enquadrada no regime de diferimento em situação onde não é possível adoção do referido regime, desacompanhada de DAE ou certificado de crédito.

Descrição dos fatos: Falta de recolhimento do ICMS apuração sumária da operação de saídas interestaduais de sementes de soja – insumos produtos agropecuários extrativos vegetais conforme DANFES 3226.

Na impugnação (fl. 47), o autuado alega que o recolhimento do ICMS foi cobrado anteriormente no DANFE de número 3219, emitido em 18.09.2023, que consta anexo à defesa, com operação de venda de produção do estabelecimento entregue ao destinatário por conta e ordem do adquirente originário, em típica venda à ordem. O DANFE 3226 se presta à remessa de entrega. Visto que o ICMS já foi pago, solicita revisão da notificação fiscal.

VOTO

Trata-se de lançamento de imposto decorrente de suposto encerramento do diferimento em saídas interestaduais de sementes de soja. A impugnação está pautada no argumento de que o imposto foi devidamente pago nos termos da legislação, tomando-se como base de cálculo o valor da nota fiscal de venda para o adquirente originário.

Faço inicialmente uma breve descrição dos fatos e documentos anexados ao processo.

À fl. 15 consta o DANFE 3226 emitido em 18.09.2023, sendo a natureza da operação, uma venda de produção para entrega por conta de ordem do adquirente original, emitido para FIAGRIL LTDA com semente de soja, no valor de R\$ 443.268,80, sem destaque de ICMS.

O outro DANFE, 3125, é a venda da LIMAGRAIN DO BRASIL, para o destinatário final FIAGRIL LTDA, de mesmo valor e mesma data.

À fl. 49, consta outro DANFE nº 3219, emitido em 18.09.2023, desta feita, como remessa por conta e ordem para o destinatário originário, com destaque do ICMS de R\$ 8.963,35, cujo comprovante de recolhimento feito no Banco do Brasil encontra-se à fl. 53 e consta referência no campo das informações complementares.

À fl. 38 consta o DANFE 3226, objeto desta autuação, que se trata de remessa por conta e ordem de terceiros referente à nota fiscal 3219, completando a triangulação da venda à ordem.

O autuante por sua vez, aplicou a alíquota de 12% sobre o valor de R\$ 177.307,52, da base de cálculo original de R\$ 443.268,80 (redução de base de cálculo prevista em lei para a mercadoria comercializada. A base de cálculo utilizada é a da operação entre o adquirente originário e o destinatário final.

O autuante não anexou a nota fiscal emitida para o adquirente originário. No entanto foi apresentada na defesa, e junto, o comprovante de pagamento. Há de se questionar aqui qual seria a base de cálculo para o imposto nas saídas por conta e ordem de terceiros. Vejamos o que diz o RICMS/BA 2012.

Art. 340. Nas vendas à ordem, por ocasião da entrega global ou parcelada da mercadoria a terceiro, deverá ser emitida nota fiscal (Conv. S/Nº, de 15/12/70, e Ajuste SINIEF 01/87):

I - pelo adquirente originário, com destaque do ICMS, quando devido, em nome do destinatário das mercadorias, consignando-se, além dos demais requisitos, o nome do titular, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do estabelecimento que irá efetuar a remessa;

II - pelo vendedor remetente:

a) em nome do destinatário, para acompanhar o transporte das mercadorias, sem valor das mercadorias e sem destaque do ICMS, na qual, além dos demais requisitos, constarão:

1 - como natureza da operação, a expressão “Remessa por conta e ordem de terceiro”;

2 - o número de ordem, a série e a data da emissão da nota fiscal de que trata o inciso I deste artigo, bem como o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do seu emitente;

b) em nome do adquirente originário, com destaque do ICMS, quando devido, na qual, além dos demais requisitos, constarão:

1 - como natureza da operação, a expressão “Remessa simbólica - venda à ordem”;

2 - o número de ordem, a série e a data da emissão da nota fiscal prevista na alínea “a”, bem como o número de ordem, a série, a data da emissão e o valor da operação constante na nota fiscal de que trata o inciso I.

Fazendo-se a exegese desse artigo, repara-se que o vendedor emite notas fiscais em duas situações:

A primeira (a) em nome do destinatário final sem valor das mercadorias e sem destaque do ICMS. A segunda, em nome do adquirente originário, com destaque do ICMS, quando devido.

Ora, evidente que a base de cálculo da operação de venda a ordem, é o estabelecido no inciso II, alínea b, do art. 340, em nome do adquirente originário, e o que o autuante fez foi aplicar a base de cálculo do inciso I, alínea “a”, tirada em nome do destinatário, que não é o preço de venda da operação entre o contribuinte baiano e o adquirente originário, mas o preço da operação seguinte já em outro estado, entre o adquirente originário e o destinatário final, onde o imposto devido (se houver) é o resultante desta operação de venda, abatendo-se o crédito do imposto pago pela aquisição ao contribuinte baiano.

Se assim fosse possível (como pretendeu o autuante), em operações dessa modalidade, o Estado da Bahia estaria cobrando o imposto sobre duas operações: primeiro, reclamando o imposto da operação entre o contribuinte baiano e o adquirente, situação perfeitamente legal; segundo, também lançando o imposto de uma operação que sequer tem vínculo jurídico com o contribuinte da Bahia, pois se trata de uma segunda operação entre os contribuintes de outro estado, pois em verdade, o lançamento presente foi feito sobre nota fiscal de simples remessa, vez que a nota fiscal em que se baseia o lançamento, serve apenas ao trânsito da mercadoria que vai diretamente para o destinatário final, sem adentrar o estabelecimento do adquirente originário.

O que se decidiu foi lançar como base de cálculo o valor cobrado pela LIMAGRAIN BRASIL, no Estado do Mato Grosso, para a FIAGRIL LTDA, seu cliente. Evidente que a base de cálculo das operações envolve valor agregado porque o comércio não compra uma mercadoria para vender pelo mesmo preço.

A base de cálculo do imposto segundo a legislação apresentada acima, é a da alínea b, do item 2.

b) em nome do adquirente originário, com destaque do ICMS, quando devido, na qual, além dos demais requisitos, constarão: (...)

Visto que os preços tratados em operações anteriores, necessariamente não precisam ser informados ao adquirente final, é normal que a nota de simples remessa conste o mesmo valor da operação subsequente, haja vista a estratégia comercial de venda intermediada não revelar preços de aquisição.

Assim, posto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do lançamento.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº 298942.1451/23-8 lavrada contra **VILSON WALKER**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de novembro de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR